

**POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA
AMAZÔNIA OITOCENTISTA:
A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS AGRÍCOLAS NA ZONA BRAGANTINA (1870-
1894)**

**MIGRATION POLICIES AND FOOD SUPPLY IN THE NINETEENTH CENTURY
AMAZON:
THE FORMATION OF AGRICULTURAL CENTERS IN “BRAGANTINA”
REGION (1870-1894)**

Érico Silva Muniz¹
Orcid: 0000-0002-5543-4266
Khelmeson Stelly Farias Pereira²

Resumo

O presente artigo discute a instauração no âmbito da Província do Pará dos núcleos agrícolas na região bragantina nas últimas décadas do século XIX. Através de pesquisas realizadas com as mensagens dos presidentes de província, no Arquivo Público do Estado do Pará e no Arquivo Público Municipal de Bragança (PA), observamos a execução do projeto de substituição de mão de obra e de colonização do território no nordeste paraense. Apresentamos como a definição dos núcleos e vilas relacionou-se com a criação da Estrada de Ferro Belém-Bragança e com as demandas de abastecimento da capital no contexto da economia gomífera na Amazônia.

Palavras-chave: história do abastecimento, núcleos agrícolas, Amazônia.

Abstract

This article discusses the establishment of agricultural centers in the Bragantine region in the province of Pará in the last decades of the 19th century. Through surveys carried out with the messages of the provincial presidents, in the Public Archives of the State of Pará and the Public Archives of Bragança (PA), we observed the execution of the project of replacement of labor and colonization of the territory in the northeastern Pará. We present how the definition of nuclei and villages was related to the creation of the Belém-Bragança Railway and to the demands of supplying the capital in the context of the Amazonian rubber economy.

Key-word: history of food supply, agricultural nuclei, Amazon.

¹ Universidade Federal do Pará. E-mail: ericosilvamuniz@gmail.com

² Universidade Federal do Pará. E-mail: khelmesonstelly@gmail.com

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

O campo de estudos da História da Alimentação e do Abastecimento ao longo das últimas décadas tem entre as suas descobertas apresentado dinâmicas socioeconômicas dos períodos colonial e imperial. Trabalhos liderados sobretudo por Maria Yedda Linhares sinalizaram para como o cotidiano de fazendas, seus padrões de acumulação, as dinâmicas de ocupação do território e as técnicas agrícolas indicam importantes dinâmicas das experiências históricas (LINHARES, 1996).

Durante os primeiros séculos de ocupação a economia da colônia foi predominantemente centrada nos cultivos de gêneros destinados à exportação, fixados no desenvolvimento de grandes propriedades de *plantation* (FAUSTO, 1996: p. 33). Acompanhado do avanço da ocupação pelo território nacional, a expansão da atividade agrícola possibilitou a descoberta de metais preciosos que também passaram a compor as bases da economia colonial. Para isso, seguiu-se aplicando numerosa mão de obra escravizada, a qual durante os primeiros séculos do processo de ocupação foi utilizada a mão de obra indígena, e posteriormente, restringiu-se ao uso de mão de obra de negros capturados no continente africano (COSTA, 1982).

A principal função da colônia era abastecer a metrópole Portuguesa, que por sua vez, controlava a distribuição de toda produção, monopolizando e garantindo a exclusividade de comércio com a colônia. A incorporação e produção de cana-de-açúcar, algodão, tabaco, cacau e a pecuária, ao longo dos séculos sob domínio Português foram se integrando gradativamente, como os principais elementos dos mercados interno e externo, e também, paralelamente, contribuíram para o processo de ocupação do território brasileiro (FAUSTO, 1996).

A comercialização de especiarias extraídas das florestas também constituíram a economia colonial brasileira. O extrativismo surge como forma de suprir necessidades de subsistência de comunidades que recebiam poucos incentivos e investimentos para realizar o processo ocupacional de certos espaços do território nacional (COSTA, 2012). Esse fenômeno ocorreu sobretudo na Amazônia, onde mais tarde as cidades que viveram o crescimento do *boom* gomífero desde o fim do século XIX, fenômeno apresentado pela historiografia como *Belle Époque*, desenvolveram complexas dinâmicas de ocupação e colonização da terra com uma destacada função de abastecer de alimentos as suas capitais, Belém e Manaus. Na Província do Grão-Pará e Maranhão prevaleceram as dificuldades de instalação e adaptação de vilas devido ao clima instável e solo infértil para grandes produções agrícolas, isto fazia com que o fluxo de investimentos para a região fossem inferiores em relação aos enviados para outras partes do Brasil, durante o processo de estruturação econômica, financeira e social no período colonial. Além disso, os produtos extraídos da floresta, as chamadas “drogas do sertão”, contribuíram para consolidar a base econômica da atual região norte (SARGES, 2002).

A força do empreendimento colonial do Grão-Pará observado na sua dimensão macro é caracterizado através de seus rendimentos. Percebe-se sua capacidade de prover a solução de seus problemas essenciais, demonstrada nos diversos âmbitos que envolveram o processo de ocupação da região, afirmando-se como um subsistema do império Colonial Português no contexto do mercado econômico, estendendo e fortalecendo-se entre os séculos, desenvolvendo parcialmente autônoma para a região (COSTA, 2012).

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

Este sistema de expansão colonial que permaneceu até o final do século XVIII e o início do XIX, passou a vivenciar diversas agitações, ocorridas em outras colônias das Américas, que trouxeram inquietações para as elites brasileiras, levando-as a iniciarem debates referentes a potenciais problemas vindos a serem causados por homens escravizados, devido ao número expressivo deles presente no Brasil. É esse contexto da segunda metade do século XIX que discutiremos nesse artigo, momento em que a atividade agrícola e o abastecimento na Amazônia passaram a ser pensados em outros patamares através da incorporação do trabalho de imigrantes estrangeiros e de outras regiões do país.

A CRIAÇÃO DOS NÚCLEOS COLONIAIS E A ATIVIDADE AGRÍCOLA DA PROVÍNCIA DO PARÁ

As providências políticas tomadas pela Assembleia Provincial do Pará quanto à fundação de núcleos agrícolas no decorrer da segunda metade do século XIX se igualaram ao restante do país devido às ações de grupos abolicionistas e motins localizados, realizados por escravizados e ocorridos separadamente em diversas regiões do país. Esses movimentos demonstraram intensas ameaças ao sistema escravista e à disponibilidade de mão de obra para produção agrícola de diversas Províncias, em maior ou menor grau.

Entre as décadas de 1870 e 1880 os Relatórios dos Presidentes de Província do Pará demonstraram a potencial crise de abastecimento de gêneros alimentícios que a capital Belém possivelmente viria a sofrer nos anos seguintes com o decorrer do aumento demográfico, causado pela chegada de trabalhadores atraídos pela valorização da economia da borracha e pelas propagandas de incentivo de colonização dos espaços que poderiam ser destinados à produção agrícola, entre eles a Zona Bragantina (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; VIANA, 2002). A relevância deste processo, descrita em relatórios semestrais, alerta para os problemas ocasionados pela dificuldade histórica de cultivar produtos agrícolas essenciais para o consumo alimentar da população e também para manter a criação de animais de corte, tudo somado à baixa qualidade presente nos produtos distribuídos para consumo da população local (SILVA, 2011). A Província esteve cercada de problemáticas no que tange à questão da produção de alimentos para o consumo interno, por conta disto, era obrigada a comprar de Províncias vizinhas parte do que era consumido em Belém, além dos produtos que adentravam a Província através dos portos da cidade oriundos do comércio internacional (1870)³.

Neste contexto a Província do Pará também se insere no âmbito do plano nacional de imigrações; é neste sentido que durante as últimas décadas do século XIX, as contínuas crises no sistema escravista brasileiro, provocam um intenso debate político acerca das relações de trabalho, da propriedade e do uso da terra. A crise de meados do século XIX, marcado por revoltas distribuídas pelo país, foram acompanhadas de desequilíbrios dos preços de produtos comercializados em território nacional, o que gerou outro ciclo que conformava a “vocação agrícola” brasileira. Nesse contexto, o foco da produção recaía sobre o modelo da

³ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará. Relatório de Província 15 de fevereiro de 1872, Pará, p. 58.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

agricultura para exportação, não se preocupando com as demandas do abastecimento interno (LINHARES; SILVA, 1981).

Assim como no restante do país, a Assembleia Provincial Paraense direciona seus debates para desenvolver meios de solucionar a iminente ausência de mão de obra que seria deixada pelos trabalhadores escravizados, que possuíam presença significativa dentre a população provincial. Privilegiando a ideia de substituí-los por imigrantes europeus e mantendo-se alinhado ao resto do país, deu-se prosseguindo com o plano de miscigenação cultural (AZEVEDO, 1987).

Uma das soluções apresentadas foi incorporar loteamentos ao longo do projeto de execução da estrada de ferro Belém–Bragança para receber estes imigrantes. Os novos trabalhadores seriam direcionados para esta região por conta de uma certa autonomia na produção agrícola da região, obtida desde sua fundação. Seu distanciamento de Belém e a dificuldade de tráfego pela estrada que as interligavam, limitava seus laços comerciais. Sendo assim, seus produtos eram consumidos entre as vilas da região, o que determinou Bragança como sendo um centro de comercialização de produtos de outras vilas que cercavam a cidade (PENTEADO, 1967). Bragança, aliás, destacava-se no abastecimento de feijão e farinha desde a primeira metade do século XIX (NUNES, 2014).

Ou seja, configura-se nesse caso um aspecto importante para um estudo com viés da história do abastecimento, pois a mesma está situada na relação entre a produção, o trabalho e a mediação do estado. Desta forma, o Vice-Presidente da Província do Pará, Abel Graça, como seus antecessores, idealizava soluções para evitar que os frequentes problemas com a produção de gêneros alimentícios, temendo e vislumbrando o crescimento populacional que a Província vinha passando ao longo dos anos e presumindo que este fluxo se manteria contínuo, sustentando a preocupação com as demandas do abastecimento interno. (LINHARES & SILVA, 1981)

Em decorrência dessas ações, a Província iniciou seus planos de estabelecimento de núcleos agrícolas no nordeste paraense com intenso fluxo migratório. Samuel Benchimol (1999) demonstra a complexidade das migrações na Amazônia ao longo da história. A região conheceu da tradição da cultura ameríndia, à colonização portuguesa, passando pelas migrações de europeus, à presença africana escravizada, ao fluxo de nordestinos e às levas de judeus, sírio-libaneses e japoneses. O fim do século XIX foi um dos mais agitados momentos desses fluxos de pessoas. Para o autor, o processo de povoamento e ocupação humana da floresta amazônica sinaliza para a diversidade dos modos de vida, com diferentes costumes. No que se refere ao nosso objeto de estudo, Benchimol indica que esses povos foram responsáveis por uso de diferentes técnicas nas lavouras e no manejo dos recursos florestais que contribuíram para desenvolvimento do plano de colonização.

Assim sendo, o Pará juntou-se aos ideais imigrantistas, o plano que em âmbito nacional visava a introdução de europeus como potenciais substitutos dos trabalhadores escravizados, acompanhando o exemplo de outras Províncias do país. Por outro lado, o Pará desejava utilizar estes imigrantes como colonizadores do vasto território da zona bragantina, como demonstrou Penteado (1967) ao afirmar que:

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

Na região Bragantina nada existia, salvo seus dois extremos, que se encontravam parcialmente povoados: no anexo ao relatório do Vice-Presidente Cunha, lê-se que fora dada incumbência de abertura de uma estrada para Bragança ao engenheiro Emílio Gengembre, que deveria abri-la em linha reta de 18 léguas de extensão: ao mesmo tempo, começa por esta estrada de Bragança “a operação de medição das terras públicas nesta província”, escrevia o Vice-Presidente, com o que se esperava que fossem os lavradores convidados “a se estabelecerem nelas, como facilitará aos núcleos colônias, que devem ali estabelecer os meios de poderem conservar e viver de maneira conveniente” (PENTEADO, 1967, p. 108)

Essas terras públicas distribuídas pelo Poder Público⁴ seriam ocupadas por brasileiros de outras regiões. Queiroz (2001) traz uma abordagem dos periódicos regionais referente aos debates políticos na Assembleia Paraense e o direcionamento de suas atenções para o desenvolvimento de modelos de trabalho que utilizassem grupos como a “população de nacionais pobre” – a destacar a participação de províncias “vizinhas”, a exemplo do Ceará (1884), que na segunda metade do século XIX, novamente passava por dificuldades em decorrência das precárias condições de vida dos cidadãos daquela Província, vindo a almejar a Amazônia como saída para essas dificuldades (LACERDA, 2006). Além deles havia os negros livres – que mesmo antes da abolição já eram em número expressivo transitando pelas cidades e que compunham uma linha de relações que fortalecia seus laços com escravizados e outros negros, montando assim, um estrutura de resistência ao falido regime escravista (MATTOS, 1998); a iminente comunidade escravizada que “futuramente” viria a ser liberta, devido às volumosas pressões que o regime sofria, contando com apoio de grupos abolicionistas, que se mantinham inseridos nos debates políticos nacionais e nas discussões de forma latente em relação aos problemas para formação de um ideal de nação forte; além das famílias de imigrantes europeus, estes que ocupavam o principal foco das discussões políticas (QUEIROZ, 2001).

56

IDEALIZAÇÕES E RECEIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA NA INSTALAÇÃO DAS COLÔNIAS

Leituras realizadas nos Relatórios dos Presidentes de Província⁵ das décadas de 1870 em consonância com as abordagens feitas por Queiroz (2001) nos periódicos regionais, permitem visualizar quais ações políticas foram tomadas para buscar atrair famílias de imigrantes europeus para a Província do Pará.

Na década de 1870, as elites locais enfrentavam ampla concorrência com propagandas de Províncias do Sul e Sudeste do País, que eram o principal destino destes europeus. Estas Províncias contavam com diversas ações de atração espontânea, investimentos de iniciativas privadas e apoio parcial do Poder Imperial.

Outro ponto de destaque nos periódicos locais assinalados por Queiroz (2001) é que as elites agrárias além de comporem o poder político da Província também era composta pelos proprietários ou redatores dos

⁴ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE BRAGANÇA. Diretoria Geral de Estatística. 9 de janeiro de 1894. Livro preto N° 053.

⁵ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório anual do Vice-Presidente da Província do Pará. Relatório de Província 1870. Pará p. 37

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

periódicos em circulação neste período, homens possuidores de influência nas decisões políticas da Província. Sendo assim, os periódicos funcionavam como forma de se manifestar sobre a gestão Provincial. Eram também o principal meio para transmitir para a população informações do que se passava no Poder Provincial Paraense, sendo também o meio de receber informações do que se passava em outras Províncias do território nacional. Estes periódicos exerciam pressões ao Parlamento Paraense para a criação de planos que resultassem em uma força de trabalho numerosa e disciplinada, que fossem desenvolvidas um conjunto de políticas públicas destinadas para arregimentar a mão de obra disponível para o trabalho no campo.

Esta estrutura foi se moldando no decorrer do século XIX e durante todo este processo se seguiu uma linha que envolveu diversos atores do cenário provincial. Os atores envolvidos foram centrais para direcionar o que se tornaria o fim da escravidão (escravizados, negros livres, grupos abolicionistas, pressões internacionais), causando de maneira forçada a transição para o trabalho livre através do uso de migrantes e imigrantes em projetos que viriam a suprimir o velho sistema vigente na época. São estas manobras - tais como ações de defesa de interesses, em âmbito particular - que causam o desmoronamento de sistemas consolidados. Os interesses econômicos que permeiam e determinam o controle do sistema, são os impactos destas movimentações que causavam transformações nas estruturas econômicas (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014).

As intensas movimentações na Assembleia Provincial do Pará foram pautadas para estabelecer um plano para colonizar o território da Província, abrindo núcleos agrícolas para produção agrícola direcionados para solucionar o problema do consumo interno de gêneros alimentícios. Assim, Penteado (1967: p. 108) destaca que o Relatório do Vice-Presidente da Província lamenta o estado de decadência em que se achava a agricultura no Pará, apresentando uma lista de produtos por ele importados na qual se verifica que até o milho provinha de outras regiões brasileiras, justificando o novo processo de ocupação. Perante o fim do regime escravista os Presidentes da Província do Pará, nos anos que antecedem à abolição, descrevem em seus relatórios situações semelhantes quanto ao cenário posto. Portanto, pode-se notar que as ações executadas pelo Poder Público, que visavam o crescimento econômico, no entanto, causaram impactos em toda Província.

A carência de subsídios financeiros vindos do Poder Imperial para financiar os anseios dos Parlamentares Paraenses para com o plano de imigração, o alto fluxo de famílias de nacionais desembarcando nos portos da capital atraídos pelo látex, e a ampliação da decadência da produção alimentícia da Província, causada pelas dificuldades de cultivo, irrompem em uma série de consequências que desestabilizaram estruturas já consolidadas, produzindo fenômenos com impactos diversos, presentes na história da região Bragantina.

A exemplo da insegurança e das dificuldades enfrentadas para efetivar as políticas do plano de imigração, o Relatório de Província de 1871,⁶ do então Presidente Abel Graça, expressa a insegurança quanto a custear a vinda de famílias europeias para a Província do Pará e as dificuldades em competir com campanhas

⁶ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará. Relatório de Província 15 de agosto de 1871 Pará. p. 35.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

de imigração de outras regiões. A região norte recebia pouco ou quase nenhum recurso do Poder Imperial, estando presa aos investimentos próprios e contando com pequenos incentivos de ações privadas, a exemplo desta condição, a região sul do país recebia constantemente inúmeras famílias europeias (1850), custeadas por iniciativas privadas e com apoio do Poder Público (STOLCKE; HALL, 1983).

O Poder Imperial chegou a notificar a Assembleia Legislativa da Província do Pará por estar vinculando propagandas em um jornal de Barcelona, com um anúncio convidando imigrantes a virem se estabelecer em uma colônia no Pará, facilitando-lhes transporte e etc.⁷. Sem possuir autorização legal do Poder Imperial, ao tomar conhecimento do fato, o Cônsul Imperial em Barcelona lançou nota desligando a propaganda dos lanços com o Império e impediu anúncios vinculados pela Província do Pará. Permitiu apenas que fosse divulgada como sendo de iniciativa privada, da qual, não teria ligação alguma com o Império.

No Relatório do Presidente da Província do Pará de 1870⁸, Correa de Oliveira sugere como solução que famílias que chegavam à capital, atraídas pelas propagandas públicas de incentivo à colonização dos espaços considerados pelo poder público como aptos à produção agrícola, não fossem direcionadas para núcleos distantes da capital, que estas colonizações começassem pelos arredores dos centros urbanos. Isto facilitaria o escoamento dos produtos obtidos por determinadas famílias e garantiria a presença de mão de obra, o que possivelmente atrairia indústrias para região. Os resultados não atingiram números satisfatórios, dadas as altas taxas de gastos realizados para abertura de núcleos que se localizavam distantes dos centros urbanos, sem obter êxitos satisfatórios para migração espontânea, ocasionando alto número de desistências e abandono dos núcleos.

O perigo de investir recursos na vinda destas famílias europeias colidia com a adaptação durante curso da sua instalação, as dificuldades encaradas no transcurso da instalação provocavam o abandono da terra, sem realizar o retorno dos valores investidos pela Província para sua vinda. O Presidente Abel Graça apresentou medidas com função de incentivar à vinda espontânea, como foi o caso de uma família alemã, citada em seu relatório de 15 de agosto de 1872⁹. Conduzidos para o sul da Província do Pará, destaca-se o fato desta família estar portando em sua bagagem maquinários para dar início às instalações e à produção agrícola, contando com recursos próprios, e que o poder público apenas arcaria com gastos de transporte do porto ao local escolhido para sua instalação.

Estes dados contidos nos Relatórios de Província vão se repetindo ao longo das últimas décadas do século XIX. Ao analisá-los, Queiroz (2001) aponta que o maior impasse nos debates Parlamentares estava em definir quais os europeus deveriam ser trazidos – alguns parlamentares temiam que não realizar filtragem

⁷ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará. Relatório de Província 15 de agosto de 1871, Pará, p. 36.

⁸ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará. Relatório de Província, 17 de abril de 1870, Pará, p. 29.

⁹ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará. Relatório de Província, 15 de agosto de 1872, Pará, p. 57.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

destes europeus, acarretaria em trazer a “escoria da sociedade europeia” gerando ainda mais problemas para a Província – para serem usados no plano de colonização. Supuseram, dessa maneira que esta seria a possibilidade mais viável para centralizar de forma positiva as políticas de imigração, tomando como exemplo os resultados parciais do que vinha ocorrendo no sul e sudeste do país.

A ZONA BRAGANTINA, UM CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL

Durante a segunda metade do século XIX, a Província do Pará passa a contar com recursos ocasionados pelo *boom* da economia da borracha, que proporcionou fundos para realizar o curso de modernização ocorrido na capital Belém e a estruturação no restante da Província, causado pelo considerável aumento populacional (SARGES, 2002). Assim, através das análises das correspondências dos Conselhos Municipais e dos Intendentes, nota-se as exigências em aumentar a produção de gêneros alimentícios, melhorar as rotas de escoamento para acelerar a distribuição da produção e efetivar o plano de colonização da região bragantina.

Por mais difícil que fosse realizar plantações no solo amazônico, considerado infértil, com inundações intensas causadas pelas cheias dos rios anualmente e possuir clima úmido e quente, estas práticas agrícolas só ocorreriam caso fosse pensado para o plano de colonização um direcionamento de técnicas adaptadas para as condições da região, considerando as especificidades exigidas por cada solo utilizado (CASTRO, 1984).

A instalação da Estrada de Ferro Belém-Bragança¹⁰ materializa a política de ocupação da região, e foi a partir deste momento que se desenvolveu o título de “celeiro da capital” da Província do Pará, dando prosseguimento à abertura de núcleos agrícolas por toda a extensão do nordeste paraense (RODRIGUES, 2017: p. 111). As ocupações se comportaram ao longo das margens da Estrada de Ferro, a princípio foram criados loteamentos em espaços determinados pelo Poder Público para instalação de famílias oriundas de outras regiões do país e vindas da Europa, contando também com criações de vilas mais próximas às margens da via¹¹.

A criação da Estrada de Ferro Belém-Bragança (1883) surge como meio de acelerar o escoamento da produção do interior da Província, além de proporcionar condições para implementação da abertura de núcleos coloniais ao longo de sua extensão. Desta forma, a iniciativa pôde alocar os grupos de famílias em espaços considerados aptos ao funcionamento de polos agrícolas, para produção de gêneros alimentícios, contribuindo com as demandas exigidas pela capital e a comercialização para o resto da Província, vindo a ser classificada como solução para as carências da Província.

Os Relatórios dos Presidentes de Província, demonstram as tentativas de implementação de políticas para facilitar a estadia das famílias que aportavam na capital. Medidas como concessões de terras

¹⁰ A construção da estrada de ferro Belém-Bragança materializou o processo de modernização e plano de colonização da imensa área geográfica que ligava a capital do estado à cidade de Bragança, o intuito estaria em transformá-lo em um grande celeiro agrícola para a capital Belém.

¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização. 19 de março de 1894. Livro preto N°05

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

disponibilizadas pelo Poder Provincial e pela Intendência de Bragança¹², disponibilização de empréstimos para as famílias e promessas do Poder Público se fazer presente no que fosse necessário figuraram entre as promessas. De acordo com Macêdo (2009), a Assembleia Provincial buscou mecanismos para aumentar a produção de gêneros alimentícios direcionados para a capital do Pará. O plano de colonização da Zona Bragantina surge como solução para este problema, visto que, o fluxo de trabalhadores que se dirigia para as zonas de extração do látex era alto, causando carência de braços para grandes fazendas.

O escoamento da produção agrícola bragantina via estrada de ferro é visto nas documentações dispostas no Arquivo Público Municipal de Bragança, contendo os registros de saída e levantamento de valores dos impostos pagos pelos produtores.¹³ Macêdo (2002) aponta para cultura material da alimentação para compreender os meios organizacionais da sociedade belenense, através seus hábitos alimentares. É desta forma que se percebe a importância da interação com os interiores, inseridos dentro do território da zona bragantina, produtores de itens alimentícios distribuídos para a capital. A criação de animais de corte, por exemplo, executava um papel de destaque na economia da Zona Bragantina. Alguns documentos dispostos no Arquivo Público Municipal demonstram a presença da Intendência Municipal intervindo nas atividades de agricultura e pecuária, não apenas garantindo o controle do gado vacum na região, mas também impondo multas aos criadores que não possuíssem registro.¹⁴

Simultaneamente às migrações, a alimentação na Província do Pará era constituída por uma cultura alimentar da qual se moldava e diversificava de acordo com os contatos adquiridos entre estes atores que ocupavam a região, sendo estes alimentos - a carne verde, o peixe seco e a farinha - o tripé da base alimentar da Província e de Belém (CASTRO, 1984). Estes gêneros alimentícios direcionados para abastecer a capital e a Zona Bragantina estão registrados nos diversos documentos que se encontram no Acervo do Arquivo Público Municipal de Bragança, possibilitando analisar e refletir sobre a diversidade de itens enviados para outras vilas da região, para Belém e Províncias próximas. A produção local de farinha de mandioca, feijão, peixe seco e carne verde garantiram o abastecimento destas localidades. Assim, a região bragantina pôde dispor de condições para solucionar um problema histórico vivido pela Província do Pará.

A INSTALAÇÃO DOS COLONOS

Durante seu processo de colonização, o território paraense contou em sua construção histórica com efetiva pluralidade étnica de sua população. Marília Emmi (2013) demonstra que, além das populações nativas e dos africanos, portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, alemães, italianos, austríacos e famílias de outras

¹² ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização. 25 de outubro de 1893. Livro preto N° 438.

¹³ ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Registro de lançamento de receitas e despesas de 1887. Livro preto N° 030.

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Declaração de recibos, contas e despesas, 1887. Livro preto N° 052.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

nações além do Atlântico dividiram o território amazônico com argentinos, bolivianos, estadunidenses, paraguaios e peruanos, presentes no desenvolvimento da região durante os séculos.

No início do século XX foi a vez da chegada dos turcos-árabes e turco-asiáticos (sírios e libaneses) e, a partir da década de 1920, dos japoneses. A presença italiana também passou a estar atrelada às colônias agrícolas no final do século XIX no entorno da Estrada de Ferro Belém-Bragança (Emmi, 2013: p. 102). Esta diversidade está contida nos registros de controles populacionais, fornecidos pelos inspetores de colônias enviados à Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização.¹⁵

Esta diversidade étnica manteve-se quase desconhecida no país devido à pouca expressividade da Província do Pará, frente a outras Províncias do território nacional que eram o principal destino das famílias de imigrantes vindos para o Brasil durante este período. No Pará, este fluxo tornou-se mais intenso a partir da década de 1890 com a expressiva participação da Assembleia Provincial, que desde a década de 50 deste mesmo século, já manifestava interesses em implantar política pública de incentivos à colonização.

Desta forma, através dos processos migratórios de motivação interna e externa, local e global, a presença de estrangeiros vindos a se instalar nesta região passa a ser mais intensa ao contar com recursos financeiros do Poder Imperial e Provincial. Durante este processo é dado um perceptível destaque à região da bragantina como melhor território para implementação de colônias agrícolas voltados para a produção de gêneros alimentícios, com intuito de suprir demandas de consumo alimentício exigidas pela capital do estado. Durante as três últimas décadas do século XIX, podem ser notadas discussões trazidas nos periódicos regionais sobre como distribuir estas famílias vindas para a Província do Pará com o intuito de ocupar estes núcleos com potencial agrícola, definidos pelo poder Provincial (QUEIROZ, 2001).

A colônia de Benevides (1875) se consolidou como vanguarda neste processo de colonização, promovendo outras colônias que se distribuíram ao longo do território bragantino. Antonio Rocha Penteadó (1967: p. 67) analisa que, apesar desta ação ter motivado a intensificação dos planos políticos da Assembleia Provincial, esta não obteve o resultado esperado, ocorrendo o abandono de diversos colonos franceses ali instalados, diferente do ocorrido na colônia fixada por norte-americanos em Santarém, usada como exemplo dentre os relatos positivos no contexto do plano de imigração¹⁶. Estes abandonos foram causados devido às dificuldades de adaptação ao clima da região, obstáculos para execução de plantações e distanciamento do poder público, tendo em vista a inaptidão para solucionar reivindicações estruturais ocorridas no dia a dia dos colonos. Alguns relatórios de colônias tratam das dificuldades em exercer atividades agrícolas, dada a falta de experiência, por se tratarem os imigrantes de comerciantes, prestadores de serviços.¹⁷

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Repartição de Obras Pública, Terras e Colonização. Série: Colonização (Núcleos), 1893, 1894, 1897, 1898, 1899.

¹⁶ PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará. Relatório de Província 17 de janeiro de 1875, Pará, p. 69.

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Imigrantes nacionais seção imigrantes e colonização. Núcleo Colonial José de Alencar. Pasta 04, livro verde, 1899.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

Benevides constituiu o ponto de partida do percurso da antiga “Maria Fumaça” (1883), que viria a interligar parte da extensão do nordeste da Província, viabilizando escoamento da produção da região. A colônia do Benjamim Constant (1894) compõe também parte do projeto de colonização desenvolvido pela Assembleia Provincial. Localizada próximo de Bragança (25 km a sudeste), entre os vales do Tijoca e Urumajó, a colônia foi constituída por grande número de espanhóis.

Por fim, é necessário destacar a relevante presença de trabalhadores vindos do nordeste, inseridos entre as demais famílias estrangeiras que se direcionavam para os núcleos disponibilizados pelo Poder Provincial. Em muitas ocasiões, os nordestinos preenchiam as expectativas depositadas nos imigrantes europeus, demonstrando familiaridade com clima, com adaptação realizada de forma mais positiva quando comparada (PENTEADO, p. 65, 1967). Estas famílias tiveram como destino a região norte devido à severidade das desigualdades do fenômeno das secas ocorridas naquele mesmo período e atraídas pelo *boom* da borracha, desta forma, algumas destas tornaram de fato viáveis o destino dos núcleos coloniais distribuídos na região bragantina (LACERDA, 2006).

Além de estrangeiros e nordestinos, ocupavam a região populações tradicionais que não participaram efetivamente dos planos de expansão dos núcleos agrícolas. Bragança possuiu expressiva presença negra, durante o regime escravista, usados como mão de obra auxiliar em lavouras da região. Edna Castro (2006) ressalta a função de Bragança que servia como entreposto do tráfico de escravizados para outras regiões da Província através de rotas que interligavam aos portos do Maranhão. A presença de quilombos existente nos dias atuais e distribuídos por toda a extensão da região bragantina demonstra que estas comunidades também se mantiveram presentes durante a implementação do programa de colonização do nordeste paraense. Entretanto, tiveram uma baixa expressividade nos relatos da Província diante da presença de europeus e nordestinos, sendo estes primeiros os que possuíam maiores facilidades para posses nos núcleos agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação de núcleos agrícolas por famílias europeias e nacionais se intensificou a partir da 1890, contando com a continuidade da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Mesmo assim, a implementação do programa de imigração implementado pela Assembleia Provincial, encontrou-se atrasado, se comparado com outras Províncias do sul do país. Ainda que possuindo a condição de verificar e analisar os erros cometidos em outras Províncias durante a implementação do processo de imigração, a Província do Pará manteve-se no mesmo caminho adquirindo prejuízos financeiros e mantendo-se com dificuldades em abastecer sua capital, obtendo números insatisfatórios quando avaliava os resultados do programa.

A falta de condições de adaptação destes estrangeiros fez com que as estratégias desenvolvidas para o plano de colonização fracassassem. Logo alguns núcleos foram declarados insustentáveis para os cofres públicos, sendo essas colônias esquecidas, ocasionando o abandono de algumas famílias destes lotes, materializando os receios demonstrado por alguns Presidentes de Província em seus relatórios.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- CASTRO, Edna Maria de Ramos. *Escravos e Senhores de Bragança* (Documentos Históricos do Século XIX, Região Bragantina, Pará). Belém: NAEA, 2006.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. *Teias de História: Família, comércio e relação de poder* (Bragança, entre o Império e a República). Belém: Editora Açai, 2014.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro, OLIVEIRA, Aline Reis e VIANA, Jamerson Rodrigues Monteiro. A Política agrária e estrutura fundiária na zona Bragantina: Nordeste Paraense. In: MAIA, José e Guzmán, Décio (Org.). *Terra Matura: Historiografia e História social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COSTA, Francisco de Assis. A Economia Colonial Do Grão-Pará: Um Século De Expansão e Evolução (1720-1820). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1 -18. 2012.
- EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.
- COSTA, Emilia Viotti. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982. p. 2- 46.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LACERDA, Franciane Gama. Entre o Sertão e a Floresta: Natureza, cultura e experiências sociais de migrantes Cearenses na Amazônia (1889-1916). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, 6. p. 197-225, 2000.
- LARA, Silvia Hunold. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Intr. Projeto de História, *Revista de Departamento de História*, PUC – SP, p. 43 – 56, 1995.
- LINHARES, Maria Yedda Leite Linhares. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo*, v. 1, n. 2 (1996), p. 132-50.
- FAUSTO, Boris. *História Do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo e FARIAS, Sheila de Castro. *Economia Colonial* (Século XVI-XIX). São Paulo: Saraiva, 2000.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: Uma História do Abastecimento e da alimentação de Belém (1850 - 1900)*. Dissertação de Mestrado em História. Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.
- MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: *Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Políticas de migração e abastecimento alimentar na Amazônia Oitocentista: A formação dos núcleos agrícolas na Zona Bragantina (1870 - 1894)

NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura na Amazônia oitocentista: produção rural e interpretação dos agentes públicos. *Outros Tempos*, vol. 11, n.17, 2014 p. 1-17.

RODRIGUES, Dário Benedito. *Ao apito do trem: uma história da extinta Estrada de Ferro de Bragança*. SARQUIS, Giovanni Blanco (org.). *Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural*. Belém: Belém-PA, 2017. p. 111-126.

SILVA, Fabrício Herberth Teixeira da. *Nas tramas da “escassez”*: O comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (18097-1909). Dissertação: Mestrado em História. São Paulo: PUC: , 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque, 1870-1912*. Paka-Tatu, Belém, 2002

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira. *Trilhos: o caminho dos sonhos (memorial da Estrada de Ferro de Bragança)*. Bragança: Ed. Marques, 2008.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A indústria do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. p. 80 – 128, 1983.

PENTEADO, Antonio Rocha Penteado. *Problemas de colonização e de uso de terra na região bragantina do estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.

QUEIROZ, Jonas Marçal. Trabalho escravo, imigração e colonização do Grão-Pará (1877 - 1888). In: QUEIROZ, Jonas Marçal e COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia. Modernização e Conflito (Século XVIII e XIX)*. 2008. Belém: UFPA/NAEa; Macapá: UNIFAP, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1981.

VENDRAMINI, Célia Regina e TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 55, p. 54-72, 2014.

Texto recebido em: 18/02/2020
Texto aprovado em: 13/04/2020